

Encruzilhadas da África Austral

Desde a segunda metade do século XX a região austral de África sofre profundas transformações. De situações coloniais, de colonização regional e de regimes de *apartheid*, existem actualmente países com independências políticas e com processos de crise, conflito, democratização, ajustamentos económicos e mudanças nas políticas e relações externas.

Este texto argumenta que após as independências e durante os conflitos e os ajustamentos económicos, as ex-potências coloniais perderam influência, tanto económica como política. As riquezas da região (petróleo e recursos minerais), a importância estratégica da África Austral (rota marítima do Atlântico Sul), os supostos perigos da penetração e influência muçulmana na costa leste, a dimensão dos conflitos, as dinâmicas dos países e da SADC (Southern Africa Development Community) e as diplomacias habilidosas desses governos ultrapassam as capacidades das ex-metrópoles para eventuais projectos neocoloniais. Configurou-se porém, num quadro mais amplo, um relacionamento externo de natureza diversa, porventura não menos dependente que as tipificadas com o conceito neocolonial. O surgimento das economias emergentes, sobretudo a China, introduz elementos que contribuem para o referido anteriormente.

Este texto faz um breve resumo da evolução política e económica dos últimos cinquenta a sessenta anos, seguindo-se uma análise das actuais dinâmicas económicas e políticas com o objectivo de demonstrar as principais mudanças na região e ressaltando aspectos relevantes de alguns países.

Transformações principais nas últimas décadas

Grande parte dos países alcançou as suas independências no período em análise. Alguns através de guerras (Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue). O fim do *apartheid* na África do Sul (RAS) foi igualmente alcançado por um conflito político e também violento, porém de natu-

reza diferente. Existiam então dinâmicas de radicalização política e social em Portugal e nas ex-colónias, que introduziram erros nas descolonizações (também em relação ao Zimbábue e no período pós-*apartheid*) e não foram acautelados interesses dos povos, tanto dos colonizados, como dos colonizadores. As relações diplomáticas foram difíceis até à década dos anos oitenta. Actualmente sabe-se o que se passa com o Zimbábue.

Forças políticas inspiradas no *apartheid* e na independência unilateral da Rodésia pretendiam uma África de governos brancos ao sul do Zambeze. Os grandes interesses económicos, a riqueza em recursos naturais, a posição estratégica e os regimes ideologicamente radicalizados e instrumentalizados por forças externas com alianças internas colocavam os países e a região na órbita da Guerra-Fria. Henry Kissinger referiu-se à “pinça comunista” (sendo Angola e Moçambique os “braços” da pinça), e a “presa” a África do Sul. Os conflitos regionalizaram-se, sem qualquer relevância para o papel e as capacidades políticas e militares do então colonizador (Portugal), onde o regime tinha também mudado e estava fundamentalmente virado para a integração na Europa (década dos anos oitenta).

As experiências socialistas (Angola, Moçambique e eventualmente Tanzânia), redundam em fracassos, em que a guerra, as políticas desajustadas, o contexto internacional hostil e a crise do mundo socialista reforçaram-se mutuamente, provocando situações económicas, sociais e militares insustentáveis. O *apartheid* é derrotado, as situações coloniais terminam (Namíbia e Zimbábue) e os regimes autoritários da região (África do Sul, Moçambique e posteriormente Angola), são forçados à democratização e a mudanças fundamentais nas opções económicas, que entretanto deixaram de ter o suporte externo devido à derrocada do Muro de Berlim. Em Angola, o conflito prolonga-se até 2002, porque forças externas, sobretudo os EUA (Estados Unidos da América), acreditavam que a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) poderia constituir alternativa ao governo do MPLA (Movimento Popular para

a Libertação de Angola).

Uma das questões centrais após as independências era a influência na região pelas grandes potências. Os objectivos eram, através de governos locais aliados, concretizar o domínio dos recursos naturais e a defesa ou o desenvolvimento do capitalismo local que fosse um parceiro ou facilitador da penetração do capital externo. Ou de países de orientação socialistas, principalmente sob influência de Moscovo. E essas mudanças, se necessário, também seriam conseguidas pela via dos conflitos, considerando que a região experimentava processos de radicalização política de mais de quatro décadas em que os actores eram sensivelmente os mesmos.

Por outro lado, com o tempo, criaram-se dinâmicas internas com capacidade de reprodução interna e regional dos conflitos (casos da África do Sul, Moçambique, Namíbia e, em alguma medida também Angola). Essas dinâmicas permitiram que algumas guerras estivessem fora do controlo dos governos que até então tinham alimentado. Também foram permitidas condições de acabar com os conflitos quando as expectativas de alternativas políticas internas se tornaram pouco prováveis ou se aclararam como não desejáveis (caso de Angola). Através de processos negociais com características diferentes, os conflitos terminaram dando origem à abertura económica e à democratização, a maioria dos quais de fachada, em que a juventude das democracias não é suficiente para justificar alguns dos actuais regimes parlamentares autocráticos de domínio de um partido e de estados neopatrimonialistas.

As dinâmicas recentes

A situação de não-conflito (excepto no Zimbábue e na República Democrática do Congo), permitiu iniciar um período de reconstrução com alguma estabilização e crescimento económico, assente sobretudo nos seguintes factores: (1) num forte apoio e cooperação externa e alguns investimentos em mega-projectos (alumínio e gás) em Moçambique; (2) no aumento da produção e nas condições favoráveis do preço do pe-

SADC



Constituição da SADC: em 1992, com base na SADCC (Southern African Development Coordination Conference).

tróleo (Angola) e em elevados investimentos públicos; (3) edificação ou reabilitação de redes de comunicação regionais; (3) estabilidade dos restantes países. A África do Sul, principal economia e motor do desenvolvimento regional, tem atravessado uma crise derivada principalmente da redução do investimento externo, saída de capital humano, perda de confiança dos agentes económicos e algum desalento por parte da população negra por expectativas pós-*apartheid* não verificadas (sobretudo o emprego, aumento de oportunidades económicas e melhoria dos serviços aos cidadãos). O recente movimento em volta de Zuma e do seu discurso populista e integrador revela o reactivar dessas expectativas. A *Southern African Development Coordination Conference* tem captado investimento externo, principalmente para infraestruturas transnacionais e redes de comunicações. Existem intenções dos países membros de fazer da região uma comunidade económica e monetária até 2018, não obstante as grandes dificuldades. Profundas diferenças de desenvolvimento, regimes com políticas diversas, permanência de conflitos com envoltimentos não convergentes (por exemplo, relações de Angola no Congo e por esta via no conflito dos Grandes Lagos, o caso não consensual do Zimbábue, etc.), dúvidas da comunidade internacional, aspectos relacionados com a construção das respectivas burocracias e a corrupção constituem incertezas que sustentam muitos observadores referirem ser a SADC um projecto intermitente, de consensos de conveniência, umas

vezes utilizado como escudo protector contra intervenções externas (caso do conflito no Zimbábue e outrora em outros casos) e como instrumento de captação de recursos da comunidade internacional. Os estados e respectivas sociedades possuem défices de entendimento das implicações da integração regional, sobretudo no que respeita a perdas de soberania e não estão alcançados patamares mínimos da consciência cidadã de pertença a uma comunidade supranacional em fase de construção das próprias nações e na qual os valores étnicos e os estigmas raciais permanecem na memória viva.

Não obstante estas realidades complexas, existem passos no sentido de uma maior integração económica. A África do Sul reforça a influência em Moçambique com a localização neste país de grandes investimentos (gás, finanças, importação de energia, investimentos no turismo e, de alguma forma, o grande investimento da MOZAL). A SACU (Southern Africa Customs Union), com origem de há quase um século (1910) e constituída por Botsuana, Lesoto, Namíbia, RAS e Suazilândia, tem-se reforçado paralelamente, podendo-se considerar ser já uma quase comunidade económica e monetária (e, porventura, política). A penetração do capital sul-africano em Angola é todavia reduzido mas aumenta com o tempo. A circulação de pessoas está facilitada entre grande parte dos países. Existem acordos aduaneiros em implementação. Os países mais a norte da região (Zâmbia, Tanzânia, Congo e os países insulares), integram a SADC mais por razões principalmente históricas, políticas, diplomáticas e militares, que por motivos económicos.

Angola possui dinâmicas económicas historicamente menos integradas na região. O petróleo e os diamantes não possuem as suas cadeias de valor (fileiras) em África nem na ex-potência colonial. A presença dos EUA é fundamentalmente em redor do petróleo, da segurança na região com as preocupações do tráfico de droga, de pessoas, da influência islâmica na costa do Índico e de influências nas políticas económicas através das Instituições de Bretton Woods.

A China realiza grandes investimentos, sobretudo na construção de infra-estruturas a troco da exploração de recursos naturais, com acordos governamentais de longo prazo e condições de financiamento mais favoráveis que as oferecidas pelo sistema financeiro internacional. O Brasil possui importantes investimentos, sobretudo em Angola e Moçambique. Estão em configuração relações externas assentes na extracção massiva e não sustentável de recursos não renováveis, influências na definição de políticas económicas, muito embora os discursos “nacionalistas” para consumo interno de algumas elites.

A integração económica regional assenta principalmente na África do Sul. Os países da SACU, Moçambique e Zimbábue, possuem articulações e funcionalidades de desenvolvimento configuradas há mais de um século, tendo a RAS uma posição cimeira no investimento directo estrangeiro e nas relações comerciais. Os mecanismos de acumulação centrados no complexo mineiro e energético sul-africano, reproduzem o desenvolvimento desigual iniciado nos princípios do século XX. Não obstante, todos os países terminam por desejar essa integração porque também economicamente benéfica e reforçadora de alianças políticas necessárias para as relações de poder dentro e entre países da região.

Não se deve ainda negligenciar sentimentos nacionalistas, de africanidade e eventualmente de negritude nas relações externas, na perspectiva da afirmação dos países e de África que são reforçados ao nível da SADC. Os fenómenos do *black empowerment* (principalmente na África do Sul, Zimbábue e Namíbia e em menor escala pela menor dimensão e importância económica das comunidades não negras, em Angola e Moçambique) são a expressão nacional desses fenómenos.

A teia de interesses políticos e diplomáticos, económicos e de estabilidade social possui igualmente complexas alianças de grupos e de personalidades que foram construindo redes de parentesco, amizades e inimizades pessoais ao mais alto nível dos signatários dos países da região, independentemente das tendências ideológicas ou de pertença

a partidos no poder ou nas oposições. Sem ser um elemento central de análise, deve ser tomado em consideração.

Perspectivas de futuro

Em resumo, pode-se afirmar que a *Southern African Development Coordination Conference* realiza esforços para desenvolver dinâmicas económicas internas, sendo a África do Sul o grande motor da região. Angola, a um outro nível e com uma especialização distinta, configura uma hipotética sub-região que se pode designar do arco do Atlântico e Grandes Lagos. Essa tendência não pode desvincular-se das relações de dependência externa de alguns países, como por exemplo Moçambique, onde o orçamento público é financiado em mais de 50% por donativos. Por outro lado, não obstante a existência de importantes riquezas naturais e da presença de economias com indicadores económicos do grupo de países de médio rendimento (Botsuana e Namíbia), existem também países que se encontram entre os mais pobres do mundo. A persistência de conflitos com posicionamento diferenciado no seio da região, a permanência de mais de 35% da população em situação de pobreza absoluta (perto de 81 milhões

de pessoas), alguns regimes com Estados neopatrimonialistas, regimes parlamentares autoritários de um partido dominante, constituem dificuldades que fazem pensar que a construção da *Southern African Development Coordination Conference*, nos prazos estabelecidos, constitui um desejo das elites governativas sem qualquer correspondência com a cidadania e o desenvolvimento sociocultural de quase toda a população. Pelo desequilíbrio de desenvolvimento e competitividade, também as elites económicas nacionalistas mantêm reservas quanto à integração, onde a África do Sul será, em quase todos os sectores, o principal beneficiado.

Apesar de tudo, a integração parece ser um processo irreversível porque vantajoso para as economias, o desenvolvimento e a estabilidade, a resolução de conflitos, porque empresta facilidades na captação de recursos e alianças externas, por um lado, e permite uma maior protecção contra a globalização desvantajosa, por outro e, finalmente, porque persistem sentimentos culturalistas e mesmo de negritude que interessa, internamente, manipular. Considerando as condições existentes, será, sem dúvida, como a construção de outras comunidades económicas, um processo de longo prazo com avanços e recuos. ■

BREVES INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA REGIÃO, RESSALTANDO A RAS, ANGOLA E MOÇAMBIQUE

	SADC	RAS	Angola	Moçambique
População (em milhões) ¹	226,4	21,2%	7,1%	9,1%
PIB, em 2005 ¹ (10) ⁹	331,5	72,2%	9,9%	2,2%
PIB <i>per capita</i> , em 2005 ¹	1.464	5.109	2.058	335
IDH (média das posições dos países e ranking individual em 179 países) ¹	149	121	162	172
Totais gastos em saúde/PIB (em %) ¹		8,8	1,9	4,0
Totais gastos em educação/PIB (em %) ¹		5,4	2,6	3,7
Exportação-Importação/PIB ¹ (em %)		-2	26	1
Índice de competitividade ² (em 134 países)		45	Nd	130
Índice <i>doing business</i> , 2007-2008 ³ (em 181 países)		32	168	141
Índice de corrupção, 2007 ⁴ (em 179 países)		43	147	117

Fontes: ¹ Informe sobre el desarrollo humano 2007-2008.

² Doing Business, Measuring doing business regulations. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/CustomQuery/>

³ Global Corruption Report 2008.

⁴ The Global Competitiveness Report 2008-2009.